



## EDUCAÇÃO E ASSEXUALIDADES: UMA DAS DIMENSÕES DA DESIGUALDADE NO UNIVERSO ESCOLAR

Elisabete Regina Baptista de Oliveira  
Cláudia Vianna

A intenção deste capítulo é refletir, ainda que brevemente, sobre o ocultamento das assexualidades no universo escolar a partir de reflexões elaboradas durante pesquisa de doutorado, cujo objetivo foi compreender as trajetórias de autoidentificação de 40 pessoas autoidentificadas como assexuais. Foram realizadas 8 entrevistas presenciais e 32 entrevistas por *e-mail*, com destaque para suas interações sociais na escola durante os anos da educação básica (OLIVEIRA, 2014).

A assexualidade é aqui compreendida como uma forma de sexualidade caracterizada pelo desinteresse pela atividade sexual, podendo ser ou não acompanhada pelo desinteresse por relações amorosas. Como qualquer forma de sexualidade, a assexualidade tem seus significados socialmente construídos no contexto da cultura, da história e das interações sociais; a escola – assim como as diversas instâncias de socialização – faz parte deste processo.

A escola é uma das primeiras e mais importantes instâncias socializadoras, que oferece a crianças, adolescentes e jovens a coexistência com a diversidade social, sobretudo, a escola pública. Enquanto a vida familiar proporciona possibilidades limitadas de convívio com diferentes estilos de vida, classes sociais, diversidade racial e sexual, entre outras, a



escola amplia esses horizontes ao agrupar essas diferenças. Porém, apesar dos benefícios da expansão dos horizontes sociais, a escola tende a reproduzir as desigualdades, ao abrigar também relações desiguais de poder presentes na sociedade mais ampla, como por exemplo, as relações de gênero e a vivência em relação à sexualidade.

Neste capítulo, a sexualidade é compreendida como “série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas” (WEEKS, 2001, p. 43). Essa abordagem contrasta com as perspectivas essencialistas presentes nos paradigmas sexológicos que dominaram os estudos da sexualidade até as últimas décadas do século XX (GAGNON, 2006). Busca-se refletir sobre o caráter social da sexualidade, sobretudo, sobre as interseções entre a instituição escolar e as dimensões de sexualidade e gênero.

A discussão sobre sexualidade na escola tem sido um campo de disputa caracterizado por avanços e retrocessos. Essa temática é colocada como desafio à escola e fortemente atravessada pelas desigualdades de gênero, conceito essencial para sua reflexão.

A historiadora norte-americana Joan Scott (1995), já bastante citada na área da educação, contribui com sua definição de gênero como “elemento constitutivo das relações de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, estabelecendo, ainda, “uma forma primária e dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Com esta demarcação, Scott tenta estabelecer a distinção entre as características biológicas de homens e mulheres e as construções sociais das feminilidades e masculinidades que são significadas a partir dessas características. As relações sociais



de poder advindas dessas construções são de hierarquização dos homens sobre as mulheres, das masculinidades sobre as feminilidades.

As tentativas de inserção das temáticas de gênero e de sexualidade nas escolas fazem parte de um longo e complexo contexto no qual se articulam as transformações sociais em curso no país, especialmente a partir dos anos de 1980, as quais exigiam a produção de conhecimentos capazes de subsidiar políticas públicas, bem como apoiar os movimentos na conquista e consolidação de direitos para grupos pertencentes a sexualidades não normativas.

O Governo Federal brasileiro, em resposta às demandas da sociedade civil, tem se empenhado na criação de políticas de proteção às populações vulneráveis<sup>1</sup>, promovendo a criação de materiais educativos e cursos de capacitação para educadores/as, destinado ao combate da homofobia no espaço escolar. No entanto, essas iniciativas encontram muitas resistências, entre elas, as de grupos conservadores e/ou religiosos, que utilizam seu poder político para impedir que tais temas sejam discutidos nas escolas, dificultando o avanço das ações. É nesse campo de tensões, conflitos e lutas que assistimos ao crescimento da

---

<sup>1</sup> Apesar da resistência de setores políticos conservadores brasileiros em admitir a relevância da implantação de iniciativas relativas a sexualidade e gênero no campo educacional, algumas políticas públicas federais como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), de 1997; o programa *Saúde e Prevenção nas Escolas* (SPE), de 2003; o *Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual - Programa Brasil Sem Homofobia*, de 2004; e o programa *Gênero e Diversidade nas Escolas* (GDE), de 2006, têm somado esforços na promoção da discussão desses temas no âmbito educacional.



pesquisa acadêmica educacional sobre a diversidade sexual – somada à ampliação dos estudos sobre as temáticas de gênero e sexualidade no campo da educação – bem como às respostas e recusas do Governo Federal às demandas dos movimentos sociais (VIANNA, 2011).

A despeito da constatação de que sexualidade, gênero e diversidade sexual são temáticas que, de algum modo, têm avançado nas políticas públicas e na produção acadêmica da área da educação, ainda são inseridas sob a égide da pouca compreensão do conjunto de normas sociais que estabelecem o interesse sexual e o interesse amoroso como compulsórios e universais<sup>2</sup> e do silenciamento das assexualidades, sobretudo na instituição escolar.

Assim como outras sexualidades, a assexualidade sempre existiu, mas diferentemente da homossexualidade, por exemplo, o desinteresse sexual nunca foi polêmico, ou considerado ofensivo à sociedade, tendo passado praticamente despercebido ao longo da história, tanto na percepção da sociedade quanto no interesse da ciência, a não ser quando considerado patologia. Somente a partir do início do século XXI, com a expansão e popularização do acesso à internet, bem como a criação de recursos como fóruns de debates, comunidades virtuais e redes sociais, foi possível a congregação de pessoas do mundo todo em torno de uma identidade assexual. Além disso, o fortalecimento do movimento feminista, do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e dos estudos de gênero – ao longo da segunda metade do século XX - também contribuiu para pavimentar o caminho

---

<sup>2</sup> Denominamos tais normas como *sexo-normatividade*.



para que o desinteresse sexual pudesse ser percebido e reivindicado como uma categoria específica de sexualidade.

Não constitui tarefa simples tentar elaborar uma história da assexualidade, ainda que breve, principalmente porque esta história encontra-se fragmentada e pulverizada no ciberespaço – em comunidades, *blogs*, *podcasts*, páginas desativadas. Mesmo apresentando muitas lacunas, essas informações conseguem, minimamente, esboçar um quadro, ainda precário, na tentativa de dar coerência e iluminar a gênese desse fenômeno. O ativista assexual norte-americano Andrew Hinderliter<sup>3</sup> escreveu um artigo disponibilizado em seu *site Asexual Explorations* - espaço virtual que busca disseminar a pesquisa acadêmica da assexualidade – no qual relata os resultados de seu próprio levantamento sobre a evolução do conceito. Esse escrito constitui uma rara fonte e, portanto, será utilizado como referência (HINDERLITER, 2009).

A curta história da assexualidade – que é também a história da explosão discursiva sobre o tema - basicamente possui três marcos, sempre lembrando que esses marcos ocorreram, principalmente, no contexto cultural e acadêmico da

---

<sup>3</sup> Andrew Hinderliter, membro da *Asexual Visibility and Education Network* (AVEN) e doutorando do Departamento de Linguística da Universidade de Illinois (2012), é também ativista pelos direitos assexuais nos Estados Unidos. É o criador do *site Asexual Explorations* <[www.asexualexplorations.net](http://www.asexualexplorations.net)>, no qual disponibiliza artigos de sua autoria e mantém um registro constantemente atualizado da produção acadêmica sobre assexualidade. Seus escritos são fundamentados não somente em seus levantamentos e estudos, mas também em diálogos com pessoas que tiveram papel importante na explosão discursiva sobre a assexualidade.



América do Norte e Europa, tendo reverberado pela internet para os outros países, entre eles, o Brasil.

Em primeiro lugar, existe uma escassa e esparsa produção acadêmico-científica sobre o desinteresse sexual fora do contexto patológico, entre as décadas de 1970 e 1990. Em segundo, a fundação da AVEN – *Asexual Visibility and Education Network*, em 2001, comunidade virtual norte-americana que impulsionou a discussão da assexualidade como sexualidade legítima (OLIVEIRA, 2013), além de ter inspirado o surgimento de outras comunidades assexuais. E por último, temos o crescimento da investigação acadêmico-científica da assexualidade, a partir de meados dos anos 2000, fomentada pela visibilidade da assexualidade promovida pela AVEN<sup>4</sup> e por outras comunidades similares, sobretudo no hemisfério norte. A emergência da militância assexual nas comunidades virtuais em conjunto com o florescimento da pesquisa científica sobre a temática – episódios devidamente explorados e disseminados pela mídia, principalmente a televisão e a internet – foram os fatores que contribuíram enormemente para o alastramento da produção discursiva sobre a assexualidade em nível planetário.

---

<sup>4</sup> Juntamente com a AVEN, outras comunidades assexuais virtuais foram criadas, como por exemplo, a *Livejournal Ace Community* <<http://asexuality.livejournal.com/>> e a *A-Positive* <<http://www.apositive.org/>>, as quais também cresceram ao longo dos anos 2000. Porém, a AVEN continua a ser a comunidade com maior número de membros, a mais influente na mídia e nos eventos sobre sexualidade nos Estados Unidos, bem como a mais organizada, do ponto de vista político. Seus conteúdos são acessados e reproduzidos em diversos países, inclusive no Brasil. Importante também destacar a proliferação de diversos *sites* de encontros para pessoas assexuais que desejam relacionamentos amorosos, como por exemplo, *Asexual Lesbians*, *Platonic Partners*, *Acebook*, *Asexual Pals*, entre outros.



Nos relatos de pessoas autoidentificadas como assexuais, são comuns menções à importância das interações sociais na escola como parte do processo de autoidentificação. É importante destacar, portanto, que é na instituição escolar que assistimos às transformações comportamentais de alunos e alunas, o súbito desinteresse pelas brincadeiras infantis e o interesse repentino pelos relacionamentos afetivo-sexuais. Nesse processo, as relações com os pares são de fundamental importância, pois estes organizam socialmente os marcos que conduzem à sexualidade adulta (BOZON; HEILBORN, 2006).

A falta de identificação com as transformações dos pares – ao longo da puberdade e da adolescência – é o principal elemento que gera o conflito quanto à própria identidade sexual, em seguida, suscitando o processo de formulação de hipóteses num processo contínuo de busca por autocompreensão que culmina na autodenominação como assexual.

No entanto, considerando que o conceito de assexualidade começou a ser difundido somente no início dos anos 2000 – e ainda se encontra em construção – o processo de autoidentificação da assexualidade ocorreu em fases diferentes da vida para cada um dos entrevistados na pesquisa. Aqueles/as de mais idade passaram a se identificar desta forma já na fase adulta, alguns/mas já casados/as ou separado/as, com filhos/as e a vida social estabelecida. No outro extremo, os/as entrevistados/as mais jovens, com idade de 15 a 19 anos assumiram a identidade assexual ainda na adolescência, considerando o acesso às informações, facilitado pelas tecnologias de informação e comunicação disponíveis em seu período de juventude.



Independente da fase da vida na qual ocorreu a identificação como assexual, basicamente, todos/as os/as participantes – com exceção de uma informante, com 59 anos, cuja trajetória inclui também o processo de identificação da transexualidade – iniciaram seu questionamento a partir das interações com pares na instituição escolar. Isso faz da escola o *locus* privilegiado para ações destinadas à discussão da diversidade sexual para redução do preconceito e da discriminação às diferenças.

Mark Carrigan (2011) relata que, em seu levantamento com assexuais das comunidades norte-americanas, a adolescência foi apontada por seus entrevistados como período no qual a divergência com as experiências dos pares fez emergir o autoquestionamento. Semelhantemente, os/as informantes da pesquisa de doutorado, aqui mencionada como fonte, relatam que durante os anos escolares perceberam peculiaridades em seu modo de compreender e de se apropriar das regras sociais da sexualidade que se tornam mais evidentes nesta fase. Estas regras, presentes em discursos veiculados pela mídia e demais instâncias socializadoras – como família, escola, igreja, grupos de pares - apresentam o interesse sexual e a formação de parcerias afetivo-sexuais como expectativas sociais obrigatórias para adolescentes.

A falta de sintonia entre as próprias expectativas e as regras sociais foi percebida pelos/as entrevistados/as em suas interações sociais, sobretudo, pela observação das condutas de outros indivíduos de seu círculo social na escola.

Foi no fim da puberdade ou no início da adolescência, conforme relatos, que os/as informantes passaram a compreender a expectativa social sobre o interesse compulsório



por relacionamentos amorosos e sexuais – heterossexuais, vale destacar – mas que também estivessem à procura por tais relacionamentos. Nesse sentido, as relações sociais desenvolvidas na escola tiveram importância fundamental. O relato de Vladimir, sobre o constrangimento sofrido a partir do início da adolescência quando seus colegas passaram a incluir o sexo com frequência como tema de suas conversas, ilustra bem esse processo:

Eu não conseguia participar daquelas conversas entre os meninos sobre sexo, eu ficava calado naquelas conversas. Então, eu me sentia muito estranho, porque é uma coisa que não me tocava, sabe? Parecia que eu não fazia parte daquilo. [...] Meus amigos começaram a namorar, a procurar meninas tal, e eu não sentia essa necessidade. Só que eu me achava estranho por não ter este ímpeto, né? (Vladimir, 46 anos, entrevista presencial).

Esta percepção inicial mostra a compreensão de viver numa sociedade caracterizada por um cenário sexo-normativo – e igualmente heteronormativo – pré-existente, cujo repertório prescritivo das condutas sociais e sexuais torna-se especialmente explícito na juventude, mais especificamente, na adolescência. Assim como Vladimir, outros/as entrevistados/as relatam que, embora os comportamentos sociais esperados ou reprovados para meninos e meninas já tivessem sido percebidos desde a infância, foi somente na adolescência que se deram conta da compulsoriedade de adesão às normas fundamentadas nestas expectativas.



A escola, assim como outras instâncias de socialização, coloca a atividade sexual, como parte inevitável das trajetórias juvenis, excluindo a diversidade e totalmente ignorando a assexualidade. Quase a totalidade dos/as entrevistados/as relatou, ainda, o sentimento de serem percebidos socialmente como homossexuais – o que trouxe a experiência com a homofobia - por conta de sua diferença na apropriação das regras sociais da sexualidade.

Um aspecto apresentado por alguns/mas entrevistados/as, que justificaria a inclusão da discussão sobre a assexualidade em programas de educação sexual escolar, é a problematização do interesse compulsório pelo sexo. Segundo parte dos/as informantes, o interesse sexual é apresentado nas discussões sobre o tema na escola como inerente ao ser humano, completamente naturalizado, nunca sendo questionado ou relativizado, excluindo os indivíduos que não sintam esse interesse. A falta de problematização do interesse sexual compulsório afeta não somente as pessoas assexuais, mas também qualquer pessoa que não considere as interações amorosas e sexuais como prioridade, seja porque optaram pela virgindade, celibato, ou pelo adiamento da iniciação afetivo-sexual.

Diversos/as entrevistados/as destacaram a importância da educação sexual escolar para a promoção da despatologização do desinteresse sexual – bem como a desnaturalização do interesse sexual compulsório - de modo que a assexualidade possa ser inserida no quadro da “normalidade” sexual. Nas falas desses/as participantes, o binômio *normal/anormal* e o par *doença/doente* são frequentes, como mostram os exemplos a seguir:



Acho que a assexualidade deve ser vista primeiramente como algo normal, o que ainda não ocorre, ainda somos “patologizados”. Amor, desejo, e atração são coisas tão plurais e devem ser vistos como tal, e que é normal não querer ou fazer sexo ou algo assim. Isso não faz de ninguém doente, nem no corpo, nem na mente. Não somos tão animalescos para ficarmos loucos, no cio, que é o que parece que acontece com alguns, e que acham que todos outros tem que ser assim também (Rafaela, 25 anos, entrevista por e-mail).

Um programa de educação sexual ideal para pessoas assexuais deveria ensinar que é perfeitamente normal uma pessoa não sentir atração sexual, e que nem sempre a falta de interesse em sexo caracteriza uma patologia (Guilherme, 22 anos, entrevista por e-mail).

Os entrevistados/as Fernando e Catarina também sugerem que a abordagem da assexualidade no período escolar também teria conferido maior “normalidade” e aceitação às suas experiências na adolescência:

Ia me ajudar bastante porque eu ia me encaixar em alguma coisa, se falassem que tinha essa possibilidade. Eu acho que se as pessoas, desde pequenas, soubessem que existe a possibilidade de ser assexual, que você não é obrigado a sentir interesse sexual por uma pessoa, ia aliviar muita gente (Fernando, 23 anos, entrevista presencial).

Acho que o simples fato de mencionarem que a assexualidade existe, e que não ter desejo sexual também é normal, já ajudaria bastante. Eu só quero que as pessoas me aceitem como eu sou. Eu



não tento mudar ninguém, então só quero que ninguém tente mudar a maneira como eu sou (Catarina, 23 anos, entrevista por e-mail).

Se as instâncias socializadoras - sobretudo a escola - não incorporarem a discussão sobre os diferentes modos de amar e viver a sexualidade, a compulsoriedade do sexo nos relacionamentos amorosos continuará a produzir sujeitos que, por se sentirem fora da normatividade - e pior, abaixo dela - conduzirão suas trajetórias no sentido de conformar-se às regras sociais da sexualidade compulsória.

A consciência de que somos todos/as indivíduos singulares - dentro da diversidade - e de que é mais importante a busca pela realização pessoal do que a procura pela conformação a padrões pré-estabelecidos deveria fundamentar as ações da escola para a promoção do respeito e combate ao preconceito e à discriminação. Essa foi uma das grandes lições que aprendemos com a pesquisa aqui discutida.

## Referências

BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luiza. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. *In*: HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. (Org.). **O aprendizado da sexualidade** – reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Garamond, 2006. p. 155-206.

CARRIGAN, Mark. There's more to life than sex? Difference and commonality within the asexual community. **Sexualities**, Londres, v. 4, n. 4, p. 426-478, 2011.



GAGNON, John H. **Uma interpretação do desejo** – ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

HINDERLITER, Andrew. Asexuality: the history of a definition. 2009. Disponível em: <[www.asexualexplorations.net](http://www.asexualexplorations.net)>. Acesso em: 15 dez. 2011.

OLIVEIRA, Elisabete R. B. Saindo do armário: a assexualidade na perspectiva da AVEN – A sexual Visibility and Education Network. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384778146\\_ARQUIVO\\_ElisabeteReginaBaptistadeOliveira.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384778146_ARQUIVO_ElisabeteReginaBaptistadeOliveira.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2014.

OLIVEIRA, Elisabete Regina B. **Minha vida de ameba**: os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, p. 71-99.

VIANNA, Cláudia Pereira. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: das ações coletivas aos planos e programas federais. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 p. 35-82.